

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
VARA DO TRABALHO DE PARÁ DE MINAS – MG**

**JUIZATITULAR DA VARA DO TRABALHO:
LUCIANA NASCIMENTO DOS SANTOS**



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

Lei de Criação nº 10.770, de 21-11-2003

Data da instalação: 2-12-2005

Data de implantação do PJe: 2-7-2015

Jurisdição: Pará de Minas, Conceição do Pará, Florestal, Igaratinga, Leandro Ferreira, Maravilhas, Martinho Campos, Onça do Pitangui, Papagaios, Pequi, Pitangui, Pompéu e São José da Varginha.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 8-3-2021, p. 4/5.

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 10-3-20

Às 13 horas do dia vinte e cinco de março de 2021, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Maristela Iris da Silva Malheiros**, Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Zoom, instituída pelo Ato Conjunto TST/CSJT/GP N° 54, de 29 de dezembro de 2020 na Vara do Trabalho de Pará de Minas, situada na Rua Tabatinga, 170, conforme ATO N° 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico a MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. **Luciana Nascimento dos Santos**; o Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Marcos Maia Rodrigues; os servidores Alex Tavares de Souza, Belchior Gomes de Moura, Fernanda Maciel de Oliveira, Flávia Geralda Fernandes, Gustavo Assimos Gazzola, Helaine Ladislau Pires, Juliana Chaves Guimarães de Lima, Leonardo Pereira Campos, Luciano Alves de Oliveira, Mayara Raíssa Pereira, Nilza Caciana de Moura, Renato Aguiar de Freitas, Rosana Santos Duarte e Vinícius Manoel da Costa e a estagiária Letícia Vieira Gomes. Ausentes os servidores Carlos Wagner Melo Franco, em licença médica e Gláucia Lopes Pereira Coelho, em licença maternidade.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 254 processos, distribuídos neste ano até o dia 17-3-2021, apurando-se a média de 5,4 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 16 cartas precatórias, dentre elas 6 executórias, até o dia 17-3-2021, das quais 8 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 401 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 67 processos foram remetidos neste ano até o dia 17-3-2021.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 15 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal, em razão de férias da titular de 22-2 a 23-3-21.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 29 processos com perícia designada, aguardando laudo.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 283 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 42 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 11 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas - NUGEPNAC, que não há processo sobrestado já julgado, com incidentes de Repercussão Geral, pelo STF.

Processos examinados na correição:

- 0010560/19 e 0010560/19: Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

- 0010202/19, 0010154/20, 0011145/19, 0010751/20, 0010287/20, 0010061/20, 0010672/20 e 0003300/07: suspensos pendentes de outras ações.

Recomenda-se que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019 e 41,39% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 40% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Pará de Minas - 01a Vara				
Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	22,81	19,27	17,45	22,62	34,34

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2021 até 17-3-2021)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	210
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	211
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	18

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada durante a fase de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	22
---	----

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2019	13	2
2020	220	1
2021 – ano de referência	206	
TOTAL	439	0,56

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de março até o dia 17-3):

Processo	Classe	Tarefa
0010202-10.2019.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010474-37.2019.5.03.0040	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010560-72.2019.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010890-69.2019.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010952-12.2019.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010961-71.2019.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011012-82.2019.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0011113-22.2019.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011128-88.2019.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0011145-27.2019.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011150-49.2019.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011169-55.2019.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0012407-15.2019.5.03.0050	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010007-88.2020.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010011-28.2020.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito	Aguardando audiência

	Ordinário	
0010047-70.2020.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0010051-10.2020.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando audiência
0010053-77.2020.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010061-54.2020.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010072-19.2020.5.03.0040	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	517

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	60

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	0
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	363

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	18

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019 e 63,28% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 57% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Pará de Minas - 01a Vara				
	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	86,56	84,37	84,86	26,64	35,42

Existem 527 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 363 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 58 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 106 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2021 até 17/03/2021

No ano anterior, até dia 17/03/2020 - havia 588 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 450 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 4 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 134 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de março até o dia 17-3):

Processo	Classe	Tarefa
0250100-03.2006.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Processo Enviado Ao Trt - Recursos
0119800-50.2006.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Processo Enviado Ao Trt - Recursos
0010190-35.2015.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando Final Do Sobrestamento
0010816-54.2015.5.03.0148	Execução Fiscal	Aguardando Final Do Sobrestamento
0010020-63.2015.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010021-48.2015.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010019-78.2015.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010180-88.2015.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Elaborar despacho
0010722-09.2015.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando cumprimento de acordo
0010630-31.2015.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010524-69.2015.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010631-16.2015.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010040-54.2015.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010199-60.2016.5.03.0148	Ação Trabalhista -	Cumprimento de Providências

	Rito Sumaríssimo	
0010607-51.2016.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0010151-04.2016.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010161-48.2016.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0010584-08.2016.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0010772-98.2016.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010568-54.2016.5.03.0148	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados) extraídos do sistema e-Gestão (mês de março 2021 apurado até dia 17-3):

	2020	2021
01-JANEIRO	19	25
02-FEVEREIRO	55	21
03-MARÇO	23	11
04-ABRIL	3	
05-MAIO	13	
06-JUNHO	11	
07-JULHO	16	
08-AGOSTO	21	
09-SETEMBRO	27	
10-OUTUBRO	38	
11-NOVEMBRO	95	
12-DEZEMBRO	67	
Totais	388	57

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03
					1		1			1					
LEONARDO TIBO BARBOSA LIMA					12			21	1		10				
LUCIANA NASCIMENTO DOS SANTOS	19	55	23	3		11	15		26	37	71	67	25	15	
NATÁLIA ALVES RESENDE GONÇALVES											14				
REINALDO DE SOUZA PINTO														6	11
Totais	19	55	23	3	13	11	16	21	27	38	95	67	25	21	11

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de março 2021 apurado até dia 17-3):

	2020	2021
01-JANEIRO	20	14
02-FEVEREIRO	21	22
03-MARÇO	13	19
04-ABRIL	9	
05-MAIO	19	
06-JUNHO	29	
07-JULHO	34	
08-AGOSTO	35	
09-SETEMBRO	30	
10-OUTUBRO	40	
11-NOVEMBRO	54	
12-DEZEMBRO	25	
Totais	329	55

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 17-3-2021, existem 22 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	2
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	18

Tutelas Provisórias Pendentes	2
Total	22

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 25-3-2021 havia 12 processos:

- a) **procedimento sumaríssimo**: 5 processos;
- b) **procedimento ordinário**: 4 processos;
- c) **instrução**: 1 processo;
- d) **tentativa de conciliação na fase de conhecimento**: 1 processo;
- e) **encerramento de instrução**: 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0010066/21, 0010072/21, 0010270/20, 0010086/20, 0010027/21, 0011096/20, 0010029/21, 0010030/21, 0010890/19 e 0010783/20.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 22-3-2021, 6 processos físicos no total, dentre eles, um migrável.

Exame dos autos dos processos 0010036/21, 0010245/21, 0010248/21, 0010003/21, 0010005/21, 0010260/21, 0011000/20, 0011015/20, 0011083/20, 0011084/20, 0010202/19, 0010154/20, 0011145/19, 0010751/20, 0010560/19, 0010287/20, 0010061/20, 0010672/20, 0010560/19, 0003300/07, 0010761/20, 0010764/20, 0011044/20, 0010743/19, 0010671/20, 0010798/20, 0010493/20, 0010144/20, 0010924/20, 0010932/20, 0010921/20, 0011055/20, 0011057/20, 0010922/20, 0010049/20, 0010838/20, 0010405/20, 0010737/20, 0010208/21, 0011018/20, 0010738/20, 0010179/21, 0010457/20, 0010171/21, 0010410/20, 0010750/19, 0010417/20, 0011042/18, 0010918/19, 0010616/19, 0010242/20, 0010836/19, 0010612/19, 0010090/20, 0010335/19, 0010263/20, 0010338/18, 0010477/20, 0010996/19, 0010351/18,

0010461/20, 0010573/20, 0010803/20, 0010983/20, 0010527/20, 0010552/20, 0010687/20, 0010534/20, 0010472/20 e 0010688/20.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

Recomenda-se a MM. juíza que profira sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 10 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0000592-96.2011.5.03.0148	Cumprimento de Providências
0001436-41.2014.5.03.0148	Cumprimento de Providências
0001801-95.2014.5.03.0148	Aguardando cumprimento de acordo
0002049-95.2013.5.03.0148	Aguardando prazo
0010418-34.2020.5.03.0148	Aguardando final do sobrestamento
0010638-32.2020.5.03.0148	Aguardando cumprimento de acordo
0010977-88.2020.5.03.0148	Aguardando audiência
0011536-84.2016.5.03.0148	Aguardando apreciação pela instância superior
0043900-27.2007.5.03.0148	Cumprimento de Providências
0078700-81.2007.5.03.0148	Cumprimento de Providências

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 6 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010017-98.2021.5.03.0148	Aguardando prazo
0010018-83.2021.5.03.0148	Aguardando audiência
0010019-68.2021.5.03.0148	Aguardando audiência
0010020-53.2021.5.03.0148	Aguardando cumprimento de acordo
0010137-83.2017.5.03.0148	Aguardando apreciação pela instância superior
0011583-58.2016.5.03.0148	Aguardando prazo

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo/ordinário	36	63	86
Instrução processo eletrônico	69	92	135

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo	31	22	22-6-21 - 58 dias
Procedimento Ordinário	32	10	14-6-21 - 53 dias
Instrução	60	187	17-8-21 – 100 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2021 até 17-3-2021).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	177	145

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	30	99

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	48	1.198
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	0	0

No ano atual, apurou-se que, até o dia 17/03/2021, com 47 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano Atual	Média dia/útil
Julgados procedentes	29	0,617
Julgados procedentes em parte	41	0,872
Julgados improcedentes	10	0,213
Extintos com resolução de mérito	0	0
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	80	1,702
Extintos sem resolução de mérito	5	0,106
Arquivamento	19	0,404
Desistência	8	0,17
Outras decisões sem resolução de mérito	0	0
Total sem resolução de mérito	32	0,681
Decisões de conhecimento	112	2,383
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	22	0,468
Decisões na fase de execução	8	0,17
Total	142	3,021

No ano 2020, apurou-se que, em 235 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	2020	Média/dia útil
Julgados Procedentes	41	0,174
Julgados procedentes em parte	136	0,579
Julgados Improcedentes	46	0,196
Extintos com resolução de mérito	8	0,034
Outras decisões com resolução de mérito	1	0,004
Total com resolução de mérito	232	0,987
Extintos sem resolução de mérito	43	0,183
Arquivamento	25	0,106
Desistência	36	0,153
Outras decisões sem resolução de mérito	0	0
Total sem resolução de mérito	104	0,443
Decisões de conhecimento	336	1,43
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	120	0,511
Decisões na fase de execução	72	0,306
Total	528	2,247

4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

Em fevereiro de 2021, com 17 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	11	0,647
Conciliação em execução	1	0,059
*Encerramento de instrução	2	0,118
Inicial / Inicial (rito sumaríssimo)	27	1,588
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	3	0,176
Instrução / Instrução (ordinário/rito sumaríssimo)	34	2
Una / Una (rito sumaríssimo)	31	1,824
Total	107	6,3

* Os encerramentos de instrução não são totalizados

No mês de fevereiro de 2021, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 29 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de março 2021 apurado até dia 17-3:

	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
01-JANEIRO	17	11	2		2	2
02-FEVEREIRO	34	29	7	4	2	2
03-MARÇO	33	30		3	1	1
04-ABRIL	1					



05-MAIO	45		1		3	
06-JUNHO	46		1		8	
07-JULHO	48		7		3	
08-AGOSTO	51		3		2	
09-SETEMBRO	54				2	
10-OUTUBRO	33		5		7	
11-NOVEMBRO	42		6		2	
12-DEZEMBRO	36		6		2	
Totais	440	70	38	7	34	5

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS												1			
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS											1				
LEONARDO TIBO BARBOSA LIMA				1	49			56	7		5				
LUCIANA NASCIMENTO DOS SANTOS	21	43	34			55	58		49	45	30	43	13	24	
NATÁLIA ALVES RESENDE GONÇALVES											14				
REINALDO DE SOUZA PINTO														11	34
Totais	21	43	34	1	49	55	58	56	56	45	50	44	13	35	34

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de março 2021 apurado até dia 17-3):

	2020	2021
01-JANEIRO	51	34
02-FEVEREIRO	102	107
03-MARÇO	82	84
05-MAIO	22	
06-JUNHO	110	
07-JULHO	132	
08-AGOSTO	139	
09-SETEMBRO	127	
10-OUTUBRO	87	
11-NOVEMBRO	124	
12-DEZEMBRO	90	

	Totais			1066				225						
	2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS											1			
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS										1	1			
LEONARDO TIBO BARBOSA LIMA				22			139	8		23				
LUCIANA NASCIMENTO DOS SANTOS	51	102	82		110	132		119	87	60	88	34	72	
NATÁLIA ALVES RESENDE GONÇALVES										40				
REINALDO DE SOUZA PINTO													35	84
Totais	51	102	82	22	110	132	139	127	87	124	90	34	107	84

Foram realizadas 112 audiências de 1º-3-2021 até o dia 23-3-2021 e designadas 34 de 24-3-2021 até do dia 31-3-2021. Em abril estão designadas 117 audiências.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de março 2021 apurado até dia 17-3):

	2020	2021
01-JANEIRO	55	53
02-FEVEREIRO	64	68
03-MARÇO	78	60
04-ABRIL	8	
05-MAIO	56	
06-JUNHO	56	
07-JULHO	90	
08-AGOSTO	79	
09-SETEMBRO	84	
10-OUTUBRO	56	
11-NOVEMBRO	80	
12-DEZEMBRO	63	
Totais	769	181

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03
LEONARDO TIBO BARBOSA LIMA				1	56	4		79	10		13				
LUCIANA NASCIMENTO DOS SANTOS	55	64	78	7		52	90		74	56	49	62	48	48	4
NATÁLIA ALVES RESENDE GONÇALVES											18	1	5		
REINALDO DE SOUZA PINTO														20	56
Totais	55	64	78	8	56	56	90	79	84	56	80	63	53	68	60

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período - os despachos nos termos do artigo 203, § 4º, do CPC não são contabilizados (mês de março 2021 apurado até dia 17-3):

	2020	2021
01-JANEIRO	423	600
02-FEVEREIRO	657	930
03-MARÇO	743	707
04-ABRIL	343	
05-MAIO	749	
06-JUNHO	1051	
07-JULHO	924	
08-AGOSTO	806	
09-SETEMBRO	835	
10-OUTUBRO	926	
11-NOVEMBRO	1028	
12-DEZEMBRO	674	
Totais	9159	2237

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas, durante a pandemia COVID-19, de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 8h20min. O intervalo entre as audiências é de 25 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 10 minutos para as de procedimento ordinário e de uma hora para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Recomenda-se à magistrada, quanto à residência, que cumpra a disposição contida no artigo 29, inciso V, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantenha o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

5. Produtividade –

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

Movimentação Anual de Processos			
	2019	2020	2021 até 17-3
Processos recebidos	1.024	945	254
Média por dia útil	4,5	4	5,4
Processos remanescentes do ano anterior	217	188	448
Sentenças anuladas	2	8	1
Total de processos para solução	1.243	1.141	703
Processos solucionados	1.076	769	181
Processos conciliados	545	433	69
Produção	86,56%	67,39%	25,74%

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 7,71% em relação ao número de processos recebidos no ano 2019. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2020 houve uma diminuição de 19,17%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das

varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2021 até 17-3-2021)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	69
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	181

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	181
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	255

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	24
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	49

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2021 até 17-3-2021)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	517
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	165

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	363
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	94

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2021 até 17-3-2021)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	165
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	94
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	17

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	517
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	363
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores	17

	requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	
--	---	--

Perfil da Vara do Trabalho		Pará de Minas - 01a Vara			
Indicadores / Período de referência		Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020 01/04/2019 a 31/03/2020	2º trim 2020 01/07/2019 a 30/06/2020	3º trim 2020 01/10/2019 a 30/09/2020
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,02	0,22	0,11	0,08
	I02 - Pendentes	858	934	972	981
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	77,84	78,02	78,90	85,72
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	99,89	108,05	126,56	128,25
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	2.461,36	2.460,01	2.460,62	2.451,82
	I07 - Taxa de conciliação (%)	49,81	48,47	52,88	55,03
	I08 - Taxa de solução (%)	105,08	102,01	85,96	80,58
	I13 - Taxa de execução	927,75	956,91	1.117,61	623,74

	(%)				
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	20,33	26,66	31,57	34,34
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	26,58	24,81	24,74	35,42
	I11 - Produtividade por servidor	157,27	140,59	132,82	96,53
	I12 - Pendentes por servidor	49,80	48,35	50,71	51,71
Meso	Acervo	0,11	0,14	0,14	0,14
	Celeridade	0,30	0,31	0,33	0,36
	Produtividade	0,31	0,34	0,36	0,37
	Congestionamento processual	0,19	0,23	0,24	0,23
	Força de trabalho	0,36	0,39	0,39	0,43
Macro	IGEST	0,2541	0,2821	0,2912	0,3046
	Posição IGEST	3	5	8	15
	Movimentação processual	1001 a 1500	1001 a 1500	1001 a 1500	1001 a 1500

FONTE: Sistema e-Gestão (dados extraídos em 05/08/2020)

Consultada a tabela do IGEST, disponível no e-Gestão, apurou-se, até que o índice seja retificado pelo TST, conforme demanda desta Corregedoria, que no período de referência, ano 2020, no mesoindicador por colocação, esta unidade está na 37ª posição.

6. ARRECADAÇÃO – Ano 2020

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Valor pago aos reclamantes
R\$2.466.824,7	R\$271.932,07	R\$19.219.756,12

7. PORTARIAS – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 01/2006, que trata dos processos remetidos pelas Varas de Itaúna e Bom Despacho; 01/2007, que regulamenta a prática de atos ordinatórios; 01/2008, designando servidor para exercer cargo de oficial de justiça ad hoc; 01/2009, disciplinando a intimação,

prazo e carga nos processos para a PGFN; 01/2012, que fixa o horário de atendimento ao público; 02/2012, que dispõe sobre as intimações dirigidas à UF/PGF; 01/2015 e 02/2015, sobre greve dos servidores públicos; 01/2020, que trata sobre a disponibilização em nuvem de documentos de áudio e vídeo pelas partes interessadas; 02/2020, que estabelece procedimentos para a suspensão das atividades presenciais nas dependências da Vara do Trabalho de Pará de Minas sempre que a Matriz de Monitoramento da Evolução da COVID-19 apresentar risco alto de contágio pela COVID-19.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foi encontrado excesso de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foram observadas a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como a suspensão de prazos processuais e a realização de audiências no período de 7 a 20 de janeiro de 2021, nos termos do art. 775-A da CLT e as determinações referentes à pandemia COVID-19.

10. Gestão Estratégica

Meta 1 CNJ/2021: Julgar mais processos que os distribuídos – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Em 2020, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 80,34% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 93,50% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

No ano 2021, até o dia 28-2-2021, o percentual alcançado foi de 68,82% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 80,98%.

Meta 2 CNJ/2021: Julgar processos mais antigos – Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019, nos 1º e 2º graus.

Em 2020 a Meta era Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Os valores de 2020 e 2021 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 3 CNJ/2021: Estimular a conciliação – Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%.

Em 2020, quando a Meta era “Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2017/2018”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 133,42% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 48,78%, conforme modelo de apuração do SIGEST/CSJT e 108,40% de cumprimento da meta, conforme modelo de apuração do CNJ, que utiliza como parâmetro a cláusula de barreira, que em 2020 foi de 45%. Ressalta-se que o indicador possui como meta o valor de 46,58% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

No ano 2021, até o dia 28-2-2021, o percentual alcançado foi de 85,87% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 99,74%.

Meta 5 CNJ/2021: Reduzir a taxa de congestionamento – Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

Trata-se de uma nova meta para o exercício de 2021.

Em 2020, a Meta 5 era “Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 113,31%, do valor da meta estipulado para o ano de 2020, tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 108,52% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

No ano 2021, até o dia 28-2-2021, o percentual alcançado foi de 138,60% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 104,30%.

Meta 6 CNJ – Em 2020, quando a Meta era “Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau.” (VIGOROU ATÉ 2020).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT/2021: Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento.

Em 2020, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2018, em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 95 dias, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 171 dias (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2020 era de 208 dias.

No ano 2021, até o dia 28-2-21, o tempo médio de duração do processo desta unidade está em 102 dias, sendo de 174 dias o resultado deste Regional para o mesmo período.

Meta 11 CNJ/2021: Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica – Alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total.

No ano 2021, conforme painel do CLEC – disponível na intranet esta unidade organizacional possui 1 processo migrável.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, seja observada a publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção e seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, ao Secretário e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da

Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) empreendidos esforços com vistas a reduzir o prazo das audiências dos processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo que deverão ser realizadas no prazo máximo de quinze dias, conforme artigo 852-B, inciso III, da CLT e Meta inserida no planejamento estratégico deste Regional;

3) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;

4) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;

5) envidados esforços para aumentar a produtividade, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;

6) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

7) envidados esforços para o cumprimento da **Meta 1 CNJ/ 2021**: Julgar mais processos que os distribuídos - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente, tendo em vista que esta não foi atingida no ano 2020;

8) cumprida a Resolução Conjunta n. 147, de 13 de julho de 2020, deste Regional, que trata da atermação virtual e o uso do aplicativo WhatsApp Business, este último conforme artigo 7º da referida Resolução Conjunta;

9) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

10) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional, videoconferência e por "WhatsApp Business", bem como cumprida a Instrução Normativa Conjunta GP.GCR.GVCR N. 70-2021 de 16 de março de 2021, que trata do atendimento telepresencial ao público externo por meio de Balcão Virtual no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Todos esses canais de atendimento ao público externo deverão ser utilizados durante o horário de expediente das unidades;

11) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/aceso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e <https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

12) verificados os andamentos dos processos com audiências não designadas, conforme item 1.9 da ata e incluídos em pauta de audiência;

13) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

14) cumprida a determinação constante do § 3º, do artigo 104, do Provimento Consolidado nº 3/2015, deste Regional, a saber: “inexistindo manifestação ou persistindo a divergência, o juiz, na hipótese de não se decidir pela homologação de um dos cálculos apresentados, nomeará, imediatamente, perito para elaborar laudo, em prazo prefixado segundo a complexidade do trabalho a ser executado”;

15) usados como ferramenta de auxílio na gestão da secretaria, os relatórios existentes no Painel de Produtividade, disponível na intranet deste Regional;

16) cumprida a Resolução 233, de 13-7-2016, do CNJ, que dispõe sobre a criação de cadastro de profissionais e órgãos técnicos ou científicos no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus, disponível no sítio eletrônico <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal/0>, escolhendo e nomeando perito cadastrado, por nomeação direta do profissional ou por sorteio eletrônico, a critério do magistrado, observando o critério equitativo de nomeação em se tratando de profissionais da mesma especialidade;

17) realizado, pela magistrada e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2020:

A Corregedoria Regional verificou que as recomendações, então formuladas, foram observadas.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16, disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 15h30min do dia vinte e cinco de março de 2021, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 35, publicado no DJe 8-3-2021, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-

Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e José Múcio Antônio Lambertucci.

MARISTELA IRIS DA SILVA
MALHEIROS:30831806

Assinado de forma digital por
MARISTELA IRIS DA SILVA
MALHEIROS:30831806
Dados: 2021.03.30 18:47:33 -03'00'

Maristela Iris da Silva Malheiros
Desembargadora Vice-Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO DE
OLIVEIRA JUNIOR:30831138

Assinado de forma digital por
MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138
Dados: 2021.03.26 08:47:20 -03'00'

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria